



INFORMATIVO VIRTUAL

Boletim

REPAM-Brasil





IGREJA EM CAMINHADA: SINODALIDADE, EVANGELIZAÇÃO E COMPROMISSO COM A VIDA

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por importantes momentos de reflexão, discernimento e fortalecimento da missão evangelizadora da Igreja no Brasil. A realização da 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Aparecida (SP), e a participação da REPAM-Brasil no II Congresso Teológico da Pastoral Urbana evidenciaram uma Igreja comprometida com a escuta, a sinodalidade e a promoção da vida em todas as suas dimensões.

Realizada entre os dias 15 e 24 de abril, no Santuário Nacional de Aparecida, a Assembleia reuniu o episcopado brasileiro para definir caminhos pastorais diante dos desafios contemporâneos. Sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, os bispos refletiram sobre evangelização, justiça social, promoção da paz, proteção dos mais vulneráveis e cuidado com a Casa Comum.

Os debates reafirmaram a necessidade de uma Igreja cada vez mais próxima das realidades do povo brasileiro, comprometida com os direitos humanos, a fraternidade e a participação das comunidades. A sinodalidade foi destacada como um modo permanente de ser Igreja, baseado na escuta, no discernimento comunitário e na corresponsabilidade entre todos os sujeitos eclesiais.

Um dos principais resultados da Assembleia foi o aprofundamento das novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, que orientarão a missão nos próximos anos. O processo reforçou a espiritualidade



como fundamento da ação pastoral e destacou a importância de uma Igreja em saída, capaz de dialogar com os desafios culturais, ambientais e tecnológicos do tempo presente.

A proteção de crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade também ocupou lugar central nas reflexões. Os bispos renovaram o compromisso com ambientes seguros e políticas efetivas de prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência e abuso, colocando a dignidade humana no centro da missão evangelizadora.

Em sintonia com o Sínodo para a Amazônia e o magistério do Papa Francisco, a Assembleia reafirmou que a defesa da vida, dos povos tradicionais e dos territórios é parte inseparável do anúncio do Evangelho. A ecologia integral foi reconhecida como horizonte pastoral que une espiritualidade, justiça social e cuidado com a criação.

Entre as manifestações internacionais, destacou-se a mensagem do cardeal Pierbattista Pizzaballa, patriarca latino de Jerusalém, agradecendo a solidariedade da Igreja no Brasil diante dos conflitos no Oriente Médio e reforçando os laços de fraternidade e a construção da paz entre os povos.

O encerramento da Assembleia foi marcado pela divulgação da Mensagem ao Povo Brasileiro, na qual os bispos reafirmaram seu compromisso com a democracia, a justiça social, a defesa da vida e o cuidado com a Casa Comum, convidando a sociedade a cultivar a esperança, o diálogo e a solidariedade.

Essa mesma perspectiva esteve presente no II Congresso Teológico da Pastoral Urbana, realizado em Recife, com a participação da REPAM-Brasil. O encontro refletiu sobre os desafios da presença da Igreja nas cidades, marcadas por profundas desigualdades sociais,



transformações culturais e impactos crescentes das crises climáticas.

A ecologia integral amplia o olhar pastoral ao reconhecer que o cuidado com a Casa Comum inclui também os territórios urbanos, onde milhões de pessoas enfrentam situações de vulnerabilidade, exclusão e violência. Nesse contexto, a missão da Igreja consiste em fortalecer redes de fraternidade, promover a participação comunitária e testemunhar a esperança por meio da solidariedade e do compromisso com a dignidade humana.

Para a REPAM-Brasil, esses processos reafirmam que a sinodalidade não é apenas um método organiza-

tivo, mas um modo de caminhar junto aos povos, especialmente àqueles que historicamente tiveram suas vozes silenciadas. A presença nos espaços eclesiais nacionais fortalece a missão amazônica e amplia o compromisso coletivo com a defesa da vida, da democracia e dos direitos dos povos e territórios tradicionais.

Mais do que eventos institucionais, a Assembleia da CNBB e o Congresso de Pastoral Urbana expressam uma Igreja em permanente conversão missionária, aberta aos sinais dos tempos e disposta a construir caminhos de esperança, justiça e solidariedade para o Brasil e para a Amazônia.





INCIDÊNCIA POLÍTICA E DEFESA DOS TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

Incidência Política e Defesa dos Territórios:

a presença profética da REPAM-Brasil nos espaços de decisão

A incidência política constitui uma das dimensões fundamentais da missão da REPAM-Brasil. Inspirada pela Ecologia Integral e pelo compromisso evangélico com a justiça socioambiental, a Rede atua de forma permanente na construção de políticas públicas, no fortalecimento da democracia participativa e na defesa incondicional dos povos e territórios amazônicos.

Ao longo deste período, a presença da REPAM em espaços institucionais, organismos governamentais, tribunais, universidades e articulações da sociedade civil reafirmou a compreensão de que cuidar da Amazônia exige não apenas ações locais, mas também uma participação ativa nos processos decisórios que impactam diretamente a vida dos povos originários, das comunidades tradicionais e da Casa Comum.

Diálogo democrático e acompanhamento do cenário político nacional

No início do ano, a eleição das novas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal marcou uma importante reconfiguração do cenário político brasileiro. Em entrevista à Rádio Nacional, o consultor jurídico da REPAM-Brasil, Melillo Dinis, analisou os desafios e as perspectivas abertas pela recondução de Davi Alcolumbre ao Senado e pela eleição de Hugo Motta para a presidência da Câmara.



A reflexão destacou a necessidade de que o Congresso Nacional fortaleça os mecanismos de participação social e assegure a centralidade dos direitos humanos e socioambientais na agenda legislativa. Para a REPAM, acompanhar os movimentos institucionais não significa aderir a disputas partidárias, mas compreender como as decisões políticas impactam concretamente os territórios amazônicos e as populações historicamente vulnerabilizadas.

Ferrogrão: **incidência permanente em defesa da Amazônia**

A atuação em torno do projeto da Ferrogrão consolidou-se como uma das principais frentes de incidência política da REPAM-Brasil desde 2023. O retorno do julgamento ao Supremo Tribunal Federal e as decisões recentes do Tribunal de Contas da União mobilizaram novas articulações entre organizações da sociedade civil, lideranças indígenas, especialistas e organismos eclesiais.

Por meio de artigos, reuniões institucionais e participação em espaços de diálogo, a REPAM contribuiu para evidenciar os impactos sociais, ambientais e culturais associados ao empreendimento. A discussão ul-



trapassa questões meramente econômicas e coloca em evidência modelos de desenvolvimento que ameaçam modos de vida ancestrais, ampliam conflitos fundiários e aceleram processos de degradação ambiental.

As análises conduzidas por Melillo Dinis e Brent Millikan reforçaram a necessidade de que o princípio da precaução, a consulta livre, prévia e informada e o respeito às populações tradicionais sejam elementos inegociáveis em qualquer projeto de infraestrutura na Amazônia.

As exigências estabelecidas pelo TCU, mantendo a suspensão do processo de concessão da ferrovia, demonstram a importância da participação social qualificada e da produção técnica independente como instrumentos legítimos de defesa dos territórios.

Escuta dos territórios como fundamento das decisões públicas

A agenda de incidência em torno da Ferrogrão ganhou um novo e importante desdobramento em junho de 2026, quando a REPAM-Brasil participou de uma audiência institucional com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Odair Cunha, relator dos processos relacionados ao empreendimento. O encontro teve como principal objetivo apresentar um convite para que representantes do Tribunal realizem uma visita aos territórios potencialmente afetados pela construção da ferrovia.

A iniciativa reafirma uma convicção central da atuação da Rede: nenhuma decisão sobre a Amazônia pode ser tomada sem a escuta direta dos povos que nela vivem e cuidam de seus ecossistemas. Mais do que



análises técnicas e estudos econômicos, a compreensão integral dos impactos da Ferrogrão exige o contato com as realidades concretas das comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais que poderão sofrer profundas transformações em seus modos de vida.

Ao defender a realização dessa visita institucional, a REPAM fortalece o princípio da participação social e da consulta livre, prévia e informada, previsto em instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos direitos dos povos tradicionais. A proposta busca aproximar os tomadores de decisão das experiências vividas nos territórios, permitindo que as dimensões humanas, culturais, espirituais e ambientais sejam consideradas nos processos de avaliação e deliberação.

Essa ação soma-se a uma trajetória contínua de incidência política desenvolvida pela Rede desde 2023, demonstrando que a defesa da Amazônia passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos saberes locais e pela construção de políticas públicas fundamentadas no diálogo, na justiça socioambiental e no respeito à dignidade dos povos amazônicos.

Articulação institucional junto ao Governo Federal

A REPAM-Brasil intensificou sua agenda de diálogo com órgãos do Governo Federal, reafirmando a importância da construção coletiva de respostas aos desafios socioambientais da região amazônica.

Em março, representantes da Rede participaram de reunião na Secretaria-Geral da Presidência da República para atualizar pautas prioritárias relacionadas à defesa dos povos indígenas, ao fortalecimento das políticas territoriais e à ampliação dos espaços de participação social. O encontro representou a continuidade

de uma estratégia permanente de interlocução entre Estado e sociedade civil organizada.

Já em junho, novas agendas institucionais em Brasília reuniram representantes da REPAM, da CNBB e de diferentes ministérios para debater dois temas centrais: o futuro da Ferrogrão e as medidas preventivas diante da estiagem prevista para a Amazônia no segundo semestre de 2026.

Na audiência realizada na Secretaria-Geral da Presidência, a REPAM destacou a urgência de políticas integradas que articulem prevenção, monitoramento e apoio humanitário às comunidades mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. O agravamento dos períodos de seca exige respostas estruturantes, capazes de unir conhecimento científico, saberes tradicionais e mecanismos de participação comunitária.

Essa atuação reafirma a compreensão da incidência política como um exercício permanente de construção do bem comum, no qual diferentes atores sociais colaboram para formular soluções que respeitem a dignidade humana e a integridade dos ecossistemas.





Universidade, formação e compromisso com a Amazônia

A REPAM-Brasil participou das atividades em celebração aos 10 anos do Projeto Vivência Amazônica, promovidas pelo Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) da Universidade de Brasília (UnB).

Representando a REPAM, estiveram presentes o presidente Dom Evaristo Pascoal Spengler e a secretária executiva Ir. Maria Irene Lopes, e o assessor jurídico Melillo Dinis, que participaram de três momentos centrais da programação: o encontro com representantes dos territórios que acolheram as vivências amazônicas, a escuta dos estudantes participantes do projeto e uma audiência institucional com a reitora da UnB, professora Rosana Reigota.

Outro eixo importante da incidência da REPAM esteve relacionado ao fortalecimento dos espaços acadêmicos e formativos. A participação nas celebrações dos dez anos do projeto Vivência Amazônica, da Universidade de Brasília, evidenciou a importância da aproximação entre universidade, comunidades e organizações sociais.

Ao dialogar com estudantes, pesquisadores e representantes dos territórios, a REPAM reafirmou a necessidade de uma produção de conhecimento comprometida com a realidade amazônica, valorizando os saberes tradicionais e promovendo novas lideranças capazes de atuar na defesa da Casa Comum.

Da mesma forma, a participação no Encontro da Igreja pós-COP, realizado em Brasília, permitiu avaliar os avanços e desafios da incidência socioambiental da Igreja brasileira após as conferências climáticas internacionais. O encontro fortaleceu estratégias comuns voltadas à implementação de compromissos concretos relacionados à justiça climática e à proteção dos povos amazônicos.





Fortalecimento das articulações eclesiais e missionárias

A presença da REPAM na Assembleia do Conselho Missionário Nacional (COMINA) representou mais um passo no fortalecimento das redes eclesiais comprometidas com a missão na Amazônia.

Os espaços de articulação missionária constituem importantes ambientes de construção coletiva, nos quais a dimensão pastoral se integra às agendas de defesa dos direitos humanos, da ecologia integral e da promoção da vida. A incidência política, nesse contexto, nasce da escuta dos territórios e da ação concreta das comunidades que vivenciam cotidianamente os impactos das crises socioambientais.

Solidariedade e presença junto aos povos

A incidência política da REPAM não se limita aos gabinetes e espaços institucionais. Ela se manifesta também na presença solidária e no acompanhamento direto dos povos e comunidades.

Durante o Acampamento Terra Livre, em Brasília, a Rede apoiou a participação de lideranças indígenas, como representantes do povo Suruí-Aikewara, fortalecendo articulações políticas e ampliando a visibilidade de suas reivindicações históricas.

No mesmo período, diante das fortes chuvas que atingiram a capital federal, a REPAM realizou ações de solidariedade por meio da entrega de cobertores e agasalhos, demonstrando que a defesa da vida integral, de forma inseparável, a dimensão política e a dimensão pastoral da missão.





Uma incidência inspirada pela Ecologia Integral

A experiência acumulada ao longo deste período confirma que a incidência política da REPAM-Brasil se fundamenta em uma visão integral da realidade, na qual justiça social, proteção ambiental, participação democrática e espiritualidade caminham juntas.

Mais do que ocupar espaços institucionais, trata-se de promover processos permanentes de escuta, diálogo e construção coletiva, capazes de transformar estruturas que geram exclusão, violência e degradação ambiental.

Num contexto de profundas mudanças climáticas, disputas territoriais e desafios democráticos, a presença profética da REPAM continua sendo um sinal de esperança e compromisso com a vida, reafirmando que outro modelo de desenvolvimento é possível: um modelo construído a partir dos povos, dos territórios e do cuidado com a Casa Comum.

Mulheres, espiritualidade e defesa dos territórios: a força da articulação feminina na Amazônia

O primeiro trimestre de 2026 foi marcado pelo fortalecimento do protagonismo das mulheres amazônicas por meio de espaços de encontro, formação e incidência promovidos e apoiados pela REPAM-Brasil. Em Santarém (PA), lideranças de diferentes regiões participaram do 1º Encontro das Mulheres Cirandei-ras, construindo coletivamente estratégias voltadas à promoção da justiça socioambiental, à defesa dos direitos das mulheres e ao cuidado integral com os territórios e suas comunidades.

O encontro consolidou a espiritualidade, a escuta e a partilha de experiências como pilares fundamentais para a atuação das mulheres na Amazônia, reafirmando seu papel na preservação da vida, das culturas tradicionais e da Casa Comum. A iniciativa também possibilitou a elaboração de caminhos de incidência política e pastoral capazes de fortalecer a



participação feminina nos processos decisórios locais e regionais.

Na mesma perspectiva, o V Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas reuniu mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas, urbanas e camponesas em um amplo processo de diálogo e construção coletiva. O segundo dia do evento foi especialmente dedicado ao aprofundamento de debates sobre direitos, justiça climática, proteção dos territórios e enfrentamento às diversas formas de violência, fortalecendo redes de solidariedade e mobilização entre as participantes.

A presença da REPAM-Brasil como apoiadora dessas iniciativas reafirma seu compromisso com a promoção do protagonismo feminino e com a construção de uma Amazônia baseada no Bem Viver, na equidade e na participação social. Ao impulsionar espaços de escuta, formação e articulação, a Rede contribui para que as mulheres sejam reconhecidas não apenas como guardiãs dos territórios, mas também como agentes fundamentais de transformação social, política e espiritual em toda a Pan-Amazônia.

Biodiversidade e Grandes Ameaças aos Territórios

Biodiversidade em risco: defender a floresta é defender a vida

O trimestre foi marcado por importantes alertas sobre as ameaças que recaem sobre a biodiversidade amazônica. O avanço do garimpo ilegal, os mecanismos de lavagem de ouro, as pressões sobre áreas protegidas como o Jamanxim e os impactos potenciais da Ferrogrão evidenciam a permanência de modelos de desenvolvimento incompatíveis com a preservação da Casa Comum.

No Dia Internacional da Biodiversidade, organizações socioambientais reforçaram que proteger a floresta significa proteger também os modos de vida, as culturas e os conhecimentos ancestrais dos povos amazônicos. A perda da diversidade biológica representa, simultaneamente, uma perda de memória, identidade e possibilidades de futuro.

A REPAM-Brasil reafirmou sua defesa da Consulta Livre, Prévia e Informada e do fortalecimento das políticas de proteção territorial, reconhecendo que nenhuma decisão sobre a Amazônia pode ser tomada sem a participação efetiva daqueles que historicamente cuidam e preservam esses ecossistemas.





CAMPANHAS, DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Campanhas e Mobilização Social:

Amazoniza-te, Eu Voto pela Amazônia e o fortalecimento da democracia nos territórios

Ao longo do período, a REPAM-Brasil consolidou e ampliou suas estratégias de mobilização territorial por meio das campanhas Amazoniza-te e Eu Voto pela Amazônia, fortalecendo processos de escuta, formação política e incidência social em diálogo permanente com os povos e comunidades amazônicas. As iniciativas reafirmaram a defesa da vida, da democracia e dos direitos dos povos tradicionais como dimensões inseparáveis do cuidado com a Casa Comum.

Os encontros realizados com mulheres, juventudes, lideranças comunitárias, pastorais sociais e movimentos populares evidenciaram que a construção de uma cidadania comprometida com a Amazônia passa pela valorização das vozes dos territórios e pela participação ativa das populações historicamente invisibilizadas nos processos decisórios. A escuta das mulheres indígenas, ribeirinhas, extrativistas e quebradeiras de coco, assim como das juventudes amazônicas, fortaleceu uma agenda que articula justiça socioambiental, participação política e defesa dos direitos coletivos.

Nesse contexto, destacou-se a participação da REPAM na criação do Grupo de Trabalho de Campanhas da iniciativa Religiões e Democracia, promovida pela Casa Galileia, pela CNBB e por organizações parceiras. O encontro inaugural teve como objetivo construir uma visão compartilhada para 2026, alinhando estratégias de comunicação, incidência política e formação capazes de mobilizar diferentes tradições religiosas em defesa da convivência democrática, da integridade da informação e do cuidado coletivo.



A visão comum estabelecida pelo grupo aponta para o fortalecimento de uma consciência pública e cidadã inspirada nos valores da solidariedade, da justiça e do bem comum. Para isso, foram definidos três eixos estruturantes de atuação: comunicação, incidência política e formação e diálogo, permitindo a convergência das iniciativas já desenvolvidas nos campos católico, evangélico e das religiões de matriz africana.

A contribuição da REPAM concentrou-se na retomada da campanha Amazoniza-te em perspectiva inter-religiosa, ampliando seu alcance para além da defesa ambiental e incorporando temas como democracia, direitos humanos, participação cidadã e proteção dos povos e territórios amazônicos. Entre as estratégias debatidas estão a produção de conteúdos audiovisuais com lideranças e influenciadores, enquetes populares sobre o significado de “amazonizar” a sociedade, rodas de conversa com mulheres e jovens e ações formativas voltadas ao engajamento comunitário.

O diálogo com outras tradições religiosas evidenciou a riqueza e a complementaridade das iniciativas. Organizações do campo evangélico apresentaram propostas voltadas à formação política, à produção de con-

teúdos digitais e à mobilização por meio da arte e da música. A RENAFRO, por sua vez, destacou a importância do enfrentamento ao racismo religioso e da valorização das religiões de matriz africana como dimensões essenciais da defesa da democracia e dos direitos humanos.

Outro aspecto central das discussões foi a construção de mecanismos coletivos de monitoramento e avaliação das campanhas. O grupo reconheceu a necessidade de desenvolver indicadores que contemplem não apenas o alcance digital das ações, mas também sua capacidade de promover processos de escuta, participação social, fortalecimento das lideranças locais e transformação das percepções sobre cidadania, democracia e cuidado com os territórios.

Os encaminhamentos definidos incluem o compartilhamento de ferramentas colaborativas, a sistematização das experiências desenvolvidas por cada organização e a elaboração de um plano integrado de ações para o período de junho a outubro de 2026. Dessa forma, a REPAM reafirma seu compromisso com a construção de uma cultura democrática enraizada nos territórios amazônicos, na diversidade religiosa e na participação popular, fortalecendo redes de solidariedade e incidência em defesa da vida e da Casa Comum.



RESULTADOS DO PROJETO MORINGA: VIDA E ÁGUA PARA A AMAZÔNIA

O projeto Moringa: Vida e Água para a Amazônia consolidou-se como uma importante iniciativa de promoção da segurança alimentar, do acesso à água de qualidade e do fortalecimento de práticas sustentáveis em comunidades amazônicas e do Cerrado brasileiro. As ações desenvolvidas integraram formação comunitária, produção e distribuição de mudas, valorização dos saberes locais e incentivo à preservação ambiental.

Entre fevereiro e maio de 2026, o Projeto de Plantação de Moringa da Esperança, desenvolvido em parceria com a Arquidiocese de Palmas e a Cáritas Arquidiocesana, promoveu oficinas educativas, caravanas formativas e ações de assistência técnica voltadas ao cultivo da moringa e à implantação de quintais produtivos. Ao todo, foram distribuídas 600 mudas de moringa para famílias e comunidades, acompanhadas de orientações sobre manejo, irrigação e aproveitamento da planta para alimentação, saúde e purificação da água.

As atividades alcançaram diretamente 1.088 participantes, sendo 667 mulheres, 362 homens, 37 jovens e 22 adolescentes, envolvendo ribeirinhos, agricultores, comunidades quilombolas e lideranças locais. As ações ocorreram em diversas comunidades da região de Palmas, incluindo Lago Norte, Santo Amaro, regiões Norte e Sul da capital, Colônia de Pescadores e comunidades quilombolas.

No município de Afuá, no arquipélago do Marajó (PA), o projeto fortaleceu viveiros comunitários e formou aproximadamente 135 agentes multiplicadores entre ribeirinhos, agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais, ampliando o acesso ao conhecimento sobre o uso da moringa como tecnologia social para a melhoria da qualidade da água.



Além das ações territoriais, foram produzidos materiais educativos acessíveis e bilíngues, incluindo cartilhas, folders, banners e kits de sementes. Durante a programação paralela à COP30, realizada em Belém, foram distribuídas duas mil sementes de moringa e materiais informativos, ampliando o alcance da iniciativa e promovendo a sensibilização sobre o uso da planta para segurança alimentar, reflorestamento e tratamento da água.

Os resultados alcançados demonstram o fortalecimento do protagonismo comunitário, a ampliação do conhecimento sobre práticas agroecológicas e a consolidação de redes de colaboração voltadas ao cuidado com a Casa Comum. O projeto segue em expansão, com perspectivas de novas parcerias institucionais para garantir assistência técnica continuada, ampliar a produção de mudas e fortalecer a sustentabilidade das ações nos territórios atendidos.





BEM VIVER, SOBERANIA ALIMENTAR E ECONOMIAS DO CUIDADO

Ações nos territórios: o Bem Viver como caminho de autonomia, cuidado e resistência

As ações desenvolvidas pela REPAM-Brasil nos territórios amazônicos reafirmam que o Bem Viver não constitui apenas uma proposta teórica ou um horizonte político, mas uma experiência concreta construída cotidianamente pelas comunidades por meio da solidariedade, da partilha e do cuidado integral com a vida. Nos territórios do Maranhão, mulheres, jovens, lideranças comunitárias e famílias inteiras seguem fortalecendo práticas ancestrais que articulam segurança alimentar, geração de renda, preservação ambiental e permanência digna em seus lugares de origem.

Inspirado nas cosmovisões dos povos tradicionais, o Bem Viver reconhece a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade, valorizando a diversidade cultural e os modos coletivos de existência. As experiências acompanhadas pela REPAM demonstram que o desenvolvimento comunitário não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas pela capacidade dos territórios de fortalecer vínculos, garantir autonomia e cultivar a esperança. Como recorda a reflexão construída pelo grupo Bem Viver da REPAM-Brasil, não existe um único modelo de Bem Viver, mas múltiplas formas de organizar a vida, profundamente enraizadas nos saberes e nas memórias coletivas dos povos amazônicos.

Na Região dos Cocais, iniciativas ligadas à formação popular, à alimentação saudável e à valorização dos conhecimentos tradicionais têm fortalecido processos comunitários que aproximam campo e cidade. As práticas desen-



volvidas por mulheres agricultoras, lideranças religiosas e organizações populares revelam que a segurança alimentar ultrapassa a dimensão do acesso ao alimento, envolvendo também o direito à cultura alimentar, à preservação das sementes crioulas e ao reconhecimento dos saberes ancestrais transmitidos entre gerações.

Em Paulino Neves, a luta pelo acesso à água potável e pela permanência das famílias em seus territórios evidencia os desafios estruturais ainda enfrentados pelas comunidades rurais. A insuficiência de políticas públicas adequadas continua impactando a produção agrícola, a saúde e as perspectivas das novas gerações. Ao mesmo tempo, a resistência comunitária demonstra que o cuidado com a terra e a construção coletiva de soluções permanecem como elementos centrais para assegurar condições dignas de vida e fortalecer a soberania alimentar local.

No Território Campestre, no município de Timbira, a oficina de manutenção e manuseio da despold

padeira de frutas, realizada na comunidade Alegria, representou um importante avanço na construção da autonomia produtiva das mulheres camponesas. A

iniciativa fortaleceu o beneficiamento dos frutos da sociobiodiversidade regional, agregando valor à produção local e ampliando as possibilidades de geração de renda para as famílias. Mais do que uma capacitação técnica, a atividade constituiu um espaço de aprendizagem coletiva, troca de experiências e reafirmação do protagonismo feminino nos processos econômicos e organizativos do território.

Essas experiências revelam que o trabalho comunitário possui também uma dimensão educativa. Os mutirões, as rodas de conversa, os viveiros, os quintais produtivos e os espaços associativos tornam-se verdadeiras escolas do território, onde crianças, jovens e adultos aprendem conjuntamente a cuidar da vida e da Casa Comum.

O conhecimento circula pela oralidade, pelas práticas compartilhadas e pelas memórias coletivas, constituin-





do aquilo que a tradição amazônica reconhece como uma pedagogia da convivência e da reciprocidade.

As mulheres ocupam lugar central nesse processo. Guardiãs dos saberes ancestrais, articulam produção, espiritualidade, alimentação, cuidado e resistência, transformando associações comunitárias em espaços permanentes de formação e organização social. Suas trajetórias demonstram que a defesa dos territórios está profundamente vinculada à valorização das práticas do cuidado e



à construção de economias solidárias que respeitam os ciclos da natureza e promovem justiça socioambiental.

Os resultados alcançados pelas ações do Bem Viver revelam a força dessa construção coletiva: associações fortalecidas, comunidades articuladas, centenas de famílias envolvidas, jovens integrados aos processos comunitários e ampla participação feminina nas iniciativas de produção, formação e incidência social. Mais importantes do que os números, contudo, são as histórias que eles representam: histórias de resistência, fortalecimento das identidades locais e reafirmação do direito de permanecer e florescer nos próprios territórios.

Ao longo deste período, a REPAM-Brasil reafirmou seu compromisso de caminhar ao lado das comunidades, reconhecendo que o Bem Viver nasce das relações de solidariedade e da construção coletiva da esperança. Nos territórios amazônicos, a vida continua ensinando que desenvolvimento significa partilha, sustentabilidade significa pertencimento e a defesa da Casa Comum depende, antes de tudo, do fortalecimento dos povos que historicamente cuidam dela.



Saúde Integral e Missão nos Territórios

Missão, cuidado e saúde integral: presença que gera esperança

As ações missionárias desenvolvidas pela REPAM-Brasil reafirmam que o cuidado integral com a vida envolve saúde, alimentação, espiritualidade e fortalecimento comunitário. A Missão Laguna Negra e o Projeto Moringa da Esperança expressam essa compreensão ampliada do Bem Viver, articulando assistência, formação e valorização dos saberes tradicionais.

As oficinas comunitárias, a distribuição de mudas e o fortalecimento dos quintais produtivos demonstram que as respostas para muitos dos desafios amazônicos nascem da própria experiência dos povos e comunidades. O diálogo entre ciência e tradição fortalece a autonomia local e amplia as possibilidades de convivência harmoniosa com os territórios.

Promover saúde integral significa também fortalecer vínculos, preservar culturas e construir caminhos coletivos de esperança e resistência. A presença missionária torna-se, assim, expressão concreta do cuidado



com a Casa Comum, reafirmando que a defesa da vida passa pelo reconhecimento da dignidade dos povos amazônicos e pela valorização de seus modos próprios de existir, produzir e sonhar o futuro.

Mobilidade Humana e

Acolhida aos Povos Migrantes

Fraternidade sem fronteiras: a acolhida aos povos migrantes na Amazônia

O acolhimento aos migrantes e refugiados constitui uma expressão concreta da missão evangelizadora e do compromisso da REPAM-Brasil com a defesa da dignidade humana. Ao longo do trimestre, o Comitê REPAM Marabá fortaleceu ações de escuta e acompanhamento das famílias Warao provenientes da Venezuela, promovendo articulações com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e organizações locais.

A iniciativa reafirma que a mobilidade humana na Amazônia exige respostas fundamentadas na solidariedade, no respeito às identidades culturais e na garantia dos direitos fundamentais. Mais do que ofe-



recer assistência emergencial, trata-se de construir processos de integração que reconheçam os migrantes como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias trajetórias.

Inspirada pelo Evangelho da hospitalidade, a atuação da REPAM demonstra que a defesa da vida não conhece fronteiras e que a construção da Casa Comum se fortalece por meio do acolhimento fraterno entre os povos.

Educação Popular e Formação para a Casa Comum

Educação popular e formação: semear consciência para cuidar da Casa Comum

A educação constitui uma das principais ferramentas de transformação social e fortalecimento dos territórios amazônicos. Durante o período, a REPAM-Brasil participou de iniciativas que aproximaram universidades, comunidades tradicionais, juventudes e lideranças populares em processos formativos comprometidos com a justiça socioambiental e o Bem Viver.

A celebração dos dez anos do projeto Vivência Amazônica, da Universidade de Brasília, bem como a participação em jornadas acadêmicas e campanhas educativas, evidencia a importância da construção coletiva do conhecimento, integrando saberes científicos e tradicionais. A defesa da educação indígena e das pedagogias comunitárias reafirma que ensinar e aprender são práticas profundamente ligadas ao cuidado com a vida e à preservação das identidades culturais.



Formar para a ecologia integral significa preparar as novas gerações para enfrentar os desafios climáticos, fortalecer a democracia e construir alternativas sustentáveis baseadas na solidariedade, na participação social e no compromisso com o bem comum.



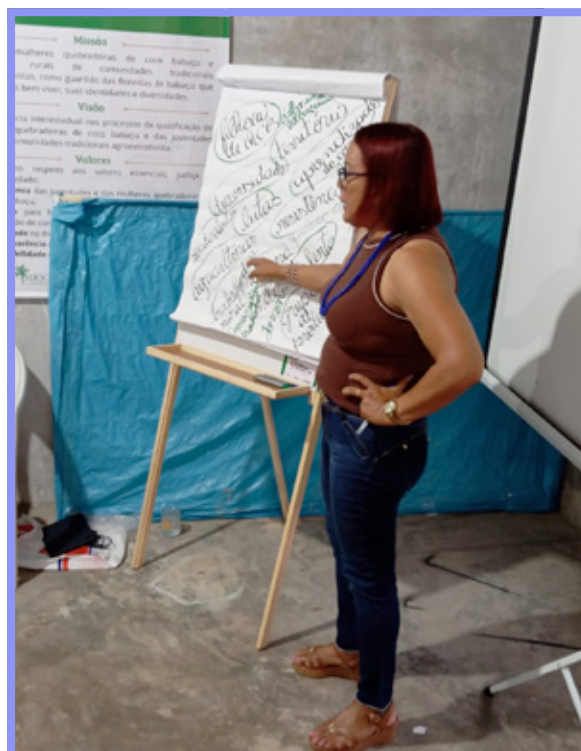
Ecoteologia, Ciência e Inteligência Artificial

Ecoteologia e ética digital: novos desafios para a missão da Igreja

A rápida transformação tecnológica vivida pela sociedade contemporânea exige uma reflexão ética capaz de articular inovação, dignidade humana e cuidado com a Casa Comum. Nesse contexto, a REPAM-Brasil avançou na preparação do Encontro de Ecoteologia e promoveu debates sobre inteligência artificial, algoritmos e responsabilidade social.

A noção de algorética propõe que o desenvolvimento tecnológico esteja subordinado aos princípios da justiça, da solidariedade e da promoção do bem comum. A tecnologia deve estar a serviço da vida, evitando aprofundar desigualdades ou comprometer a autonomia das pessoas e dos povos.

Ao integrar pesquisadores, agentes pastorais e lideranças territoriais, a REPAM contribui para uma ecoteologia encarnada nos desafios do século XXI, capaz de dialogar com a ciência sem perder de vista a centralidade da pessoa humana, da criação e do cuidado integral com a Casa Comum.





REPAM-BRASIL ACOMPANHA NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS EM BONN COM CONTRIBUIÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO MELILLO DINIS

A REPAM-Brasil participou, por meio de seu assessor jurídico, Melillo Dinis do Nascimento, do acompanhamento das negociações da 64ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (SB64), realizada entre os dias 8 e 18 de junho, em Bonn, na Alemanha. A participação ocorreu de forma virtual, integrando a delegação observadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em sua análise, Melillo destacou que o encontro consolidou uma mudança significativa na agenda climática internacional: o foco deixou de estar exclusivamente na redução das emissões para concentrar-se cada vez mais na proteção das populações vulneráveis e nos mecanismos de adaptação às mudanças climáticas.

Segundo o assessor, temas como o financiamento climático para comunidades locais, a proteção dos territórios indígenas e a implementação de mecanismos de perdas e danos ganharam centralidade e deverão orientar os debates da COP31, que acontecerá em novembro, na cidade de Antalya, na Turquia.

Para a REPAM-Brasil, a participação nesse processo reforça o compromisso com a incidência internacional em defesa da Amazônia e de seus povos. A síntese elaborada por Melillo evidencia que a justiça climática está profundamente vinculada à justiça social, ao combate às desigualdades e à garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais.



O documento também ressalta que os povos indígenas são cada vez mais reconhecidos como protagonistas e portadores de conhecimentos fundamentais para a adaptação climática, reafirmando uma das principais bandeiras do caminho sinodal amazônico: a defesa dos povos originários como contribuição concreta para a estabilidade climática global.

Ao avaliar os resultados de Bonn, Melillo aponta quatro prioridades estratégicas para a atuação da Igreja na Amazônia rumo à COP31: defender a Amazônia como

território de povos, vincular o financiamento climático à redução da pobreza, fortalecer a incidência internacional da Igreja Pan-Amazônica e consolidar a justiça climática como dimensão permanente da ação pastoral.

A presença da REPAM-Brasil nesse espaço internacional reafirma a missão de articular fé, direitos humanos e cuidado com a Casa Comum, contribuindo para que as vozes dos povos amazônicos permaneçam no centro das decisões globais sobre o futuro do planeta.



EXPEDIENTE

Boletim da REPAM-Brasil

Ano 8 - Edição 13 - julho de 2026

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil

Presidente: Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Dom Nereudo Freire Henrique

Coordenadora de Projetos: Arlete Gomes

Articuladora: Joana Menezes

Analista Financeira: Denyse Leite

Assistente Administrativo: Átila de Loiola

Assistente de Secretária: Lalyfhe Tavares

Assessor Jurídico e de Incidência Política: Melillo Dinis

Elaboração e Redação: Camila Del Nero

Projeto Gráfico e Diagramação: Raul Benevides

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil

Contato

www.repam.org.br

comunicacao@repam.org.br

(61) 98595-5278

REALIZAÇÃO:



APOIO:

